



**O NEOCONSERVADORISMO CATÓLICO BRASILEIRO E A
RESISTÊNCIA AO CONCÍLIO VATICANO II: UMA ANÁLISE
SOCIORRELIGIOSA DA LINGUAGEM A PARTIR DOS NOVOS
MOVIMENTOS LAICAIS**

THE BRAZILIAN CATHOLIC NEOCONSERVATISM AND THE RESISTANCE
TO THE SECOND VATICAN COUNCIL: A SOCIO-RELIGIOUS ANALYSIS
OF LANGUAGE FROM THE NEW LAY MOVEMENTS

NEOCONSERVADURISMO CATÓLICO BRASILEÑO Y RESISTENCIA AL
VATICANO II: UN ANÁLISIS SOCIO-RELIGIOSO DEL LENGUAJE A PARTIR
DE LOS NUEVOS MOVIMIENTOS LAICOS

*André Luiz Boccato de Almeida**

*Lúcia Eliza Ferreira da Silva***

*Marcelo Henrique de Souza****

RESUMO

O presente artigo pretende analisar o tema do neoconservadorismo católico brasileiro e a resistência ao Concílio Vaticano II, a partir de uma chave sociorreligiosa da linguagem dos novos movimentos laicais. A interpretação terá seu foco dentro da perspectiva sócio-teológica,

* Pós-doutor em Teologia (PUC-PR); Doutor em Teologia Moral (Lateranense/Afonsiana); Mestre em Teologia (PUC-SP) e Bacharel em Teologia (Angelicum/EDT). Email: a.l.boccato@gmail.com.

** Doutoranda em Teologia Moral (PUC-SP). Bolsista CAPES; Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2022); Graduada em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2019). E-mail: luciaelizaazile@gmail.com.

*** Mestre em Teologia pela PUC SP (2023) e professor na Faculdade Dehoniana nos cursos de Filosofia e Teologia. E-mail: pe.marcelohs@hotmail.com.



mas abrangerá uma retomada da ideia de linguagem propriamente plural, proveniente da concepção de diálogo e recepção no mundo moderno, conforme a inspiração conciliar. O tema do neoconservadorismo católico brasileiro atual impõe-se enquanto uma realidade que brota de um ethos de resistência à abertura teológica conciliar e necessita de um resgate explicativo para lançar luzes sobre o modo como se vivencia a experiência eclesial. No pontificado do Papa Francisco, retoma-se a ideia de um protagonismo laical, onde insiste-se numa mudança de mentalidade para ultrapassar um clericalismo estrutural. Contudo, no interior de alguns movimentos laicais de grande influência e capilarização no catolicismo brasileiro, sobrevive uma orientação neoconservadora que reflete uma resistência de recepção e aplicação da teologia do Vaticano II, nos seus sessenta anos de história. Esta proposta de investigação será desdobrada em três momentos. No primeiro, resgatar-se-á algumas perspectivas históricas sobre o que é o fenômeno neoconservador católico brasileiro e suas principais características. Na segunda, será apresentada propriamente a contribuição da linguagem teológica própria do Vaticano II e sua implicação. Enfim, na terceira, analisar-se-á as influências sociorreligiosas da linguagem neoconservadora presente em alguns movimentos laicais.

Palavras-Chave: Neoconservadorismo; Concílio Vaticano II; Linguagem; Novos movimentos.

ABSTRACT

The present article intends to analyze the theme of Brazilian Catholic neoconservatism and the resistance to Vatican Council II, from a socio-religious key of language from the new lay movements. The interpretation will have its focus within the socio-theological perspective but will cover a resumption of the idea of properly plural language, coming from the conception of dialogue and reception in the modern world, according to the conciliar inspiration. The theme of current Brazilian Catholic neoconservatism imposes itself as a reality that springs from an ethos of resistance to the conciliar theological opening and needs an explanatory rescue to shed light on the way in which the ecclesial experience is lived. In the current pontificate of Pope Francis, the idea of a lay protagonism is taken up again, where there is an insistence on a change of mentality to overcome a structural clericalism. However, within some secular movements of great influence and which will permeate Brazilian Catholicism, a neoconservative orientation survives that reflects a resistance to the reception and application of the theology of Vatican II, in its sixty years as a historical event. This proposal, therefore, will be unfolded in three moments. In the first one, some historical perspectives on what the Brazilian Catholic neoconservative phenomenon is, and its main characteristics will be rescued. In the second, the contribution of the theological language proper to Vatican II and its implication will be presented. Finally, in the third, the socio-religious influences of the neoconservative language present in some lay movements will be analyzed.

KeyWords: Neoconservatism; Vatican Council II; Language; New movements.

RESUMEN

Este artículo pretende analizar el tema del neoconservadurismo católico brasileño y la resistencia al Concilio Vaticano II, desde una perspectiva socioreligiosa del lenguaje de los nuevos movimientos laicos. La interpretación tendrá su foco dentro de la perspectiva socioteológica, pero abarcará una retomada de la idea de un lenguaje propiamente plural, procedente de la concepción del diálogo y de la recepción en el mundo moderno, según la inspiración conciliar. El tema del neoconservadurismo católico brasileño actual se impone como una realidad que surge de un ethos de resistencia a la apertura teológica conciliar y requiere de un rescate explicativo para arrojar luz sobre la forma en que se vive la experiencia eclesial. En el pontificado del Papa Francisco se revive la idea del protagonismo laico, donde se insiste en un cambio de mentalidad para superar el clericalismo estructural. Sin embargo, dentro de algunos movimientos laicos muy influyentes que se difundieron por todo el catolicismo brasileño, sobrevive una orientación neoconservadora que refleja una resistencia a la recepción y aplicación de la teología del Vaticano II, en sus sesenta años de historia. Esta propuesta de investigación se desarrollará en tres momentos. En el primero se rescatarán algunas perspectivas históricas sobre lo que es el fenómeno neoconservador católico brasileño y sus principales características. En el segundo se presentará la contribución del lenguaje teológico propio del Vaticano II y sus implicaciones. Finalmente, en el tercero se analizarán las influencias socioreligiosas del lenguaje neoconservador presente en algunos movimientos seculares.

Palabras clave: Concilio Vaticano II; Lenguaje; Neoconservadurismo; Nuevos movimientos;

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo dissertará acerca da interpretação do Concílio Vaticano II, e sua linguagem, ao analisar o fenômeno do neoconservadurismo emergente na Igreja Católica no Brasil enquanto uma reação diante do pluralismo e abertura ao diálogo com a modernidade. No atual contexto de complexidade, com a disseminação de rápidas e emancipadas formas de veicular informações ou notícias, cresce o número de experiências de fé que se exprimem mediante novas formas de linguagem. Esta questão acena ao tema da linguagem teológica e suas possibilidades interpretativas. A linguagem é uma dimensão estruturante não só da discursividade específica da teologia. Ela é essencial para compreender a dinâmica da existência e suas possibilidades hermenêuticas.

Esta reflexão, no horizonte comemorativo dos 60 anos do Concílio Vaticano II, pretende lançar luzes e uma interpretação sobre a complexidade do fenômeno neoconservador no catolicismo brasileiro atual. Num primeiro momento de análise, abordar-se-á o contexto propriamente neoconservador brasileiro enquanto um fenômeno amplo a ser compreendido de modo interdisciplinar. Posteriormente, será

vislumbrado uma análise sobre o tema da linguagem como hermenêutica de compreensão do sentido do Concílio Vaticano II. Por fim, será apresentada, propriamente, a questão do laicato e dos novos movimentos e a sua recepção neoconservadora da fé.

Assim, mediante um caminho interpretativo, pretende-se refletir de modo crítico sobre o complexo fenômeno ainda impactante na experiência das comunidades eclesiais e na formação da consciência cristã. Urge uma reflexão que possibilite um retorno à linguagem dialógica, propositiva, corajosa e coerente com o Evangelho, presente no ensinamento conciliar.

2 O NEOCONSERVADORISMO CATÓLICO BRASILEIRO ATUAL E SUAS INTERPRETAÇÕES

Revisitar o grande evento eclesial do século XX – o Concílio Ecumênico Vaticano II, a sua recepção e aplicação, exige um olhar de docilidade e ao mesmo tempo de reflexão crítica sobre as possíveis interpretações e desdobramentos que se lhe seguiram. Toda religião, e o cristianismo em sua vertente católica não seria diferente, é sempre modelada por elementos marcadamente históricos e temporais. Estes influenciam a tomada de posições e orientam a linguagem, que é a forma de comunicação entre seus membros.

Como fato social, o catolicismo subsiste porque consegue se manter presente graças a seus ritos, mitos, doutrinas e comportamentos adquiridos ao longo do tempo. Como tomada de consciência da presença do mundo espiritual no mundo visível, o conjunto de experiências que resultam no que se costuma denominar religião é sempre algo sentido como receptor do que ‘transcende’ e, por isso, propicia uma explicação existencial em torno da questão da identidade de cada sujeito (SOARES, 2015, p. 979).

O neoconservadorismo brasileiro, em sua expressão própria no catolicismo, é um fenômeno que remonta à sua história mais remota (SILVA, 2017, p. 12). Este tema do neoconservadorismo não é novo, em se tratando de uma reflexão na qual se

percebem os reposicionamentos de mundo e os impactos na religião¹. Em linhas gerais nota-se que, em décadas passadas, este fenômeno já não era reduzido a uma interpretação estritamente religiosa; era situado já num contexto ou cenário político, econômico e social, mais abrangente (FLEET, 1981, p. 83-93).

É verdade que se torna necessário distinguir os sentidos das palavras conservadorismo e neoconservadorismo. Por conservadorismo ou conservantismo compreende-se esse movimento intelectual e político que se constituiu para defender a ordem política e social das nações europeias contrárias à Revolução Francesa e, de maneira mais geral, o projeto político moderno centrado na liberdade, autonomia, democracia e consciência. Este fenômeno nasce contrarrevolucionário (BÉNÉTON, 2003, p. 723-724).

Já o neoconservadorismo expressa-se sobretudo no temor da perda de influência social da religião. Há uma espécie de saudosismo romântico de um tempo que não pode ser vivido na sua totalidade. Em tempos de globalização, em que todas as esferas da vida humana passam por certos desgastes identitários, tendendo a se pluralizar, o neoconservadorismo, enquanto tendência e orientação de vida, tem sido um caminho trilhado por muitas pessoas e até por católicos (ALMEIDA, 2021, p. 56).

A origem do pensamento conservador, desdobrando-se em uma nova perspectiva atual, marcou profundamente o catolicismo brasileiro. A origem do pensamento conservador, de modo geral, se distingue entre o conservadorismo de mentalidade ultramontana, designado como – o natural entendido como um fenômeno universal da humanidade, denominado de tradicionalismo –, e o outro, chamado de “conservantismo” com a mentalidade “moderna”, característico de certas condições históricas e sociais. O conservadorismo que surgiu de um temor inconsciente no âmbito psicológico do futuro se converte, no catolicismo moderno, em conservadorismo consciente e organicamente situado no contexto do século XIX. Este esteve vinculado intimamente em determinadas condições históricas e sociais, marcado por um processo de passagem de uma situação estática, para um processo

1 Sobre esta questão, basta consultar a Revista Concilium n. 161, do ano de 1981/1, cujo tema foi “Neoconservadorismo. Um fenômeno social e religioso”. Nos 14 artigos ali redigidos, num contexto global e religioso, a revista já refletia sobre o fenômeno do neoconservadorismo nos idos dos anos 80 em que a geopolítica religiosa acenava para uma nova interpretação sobre o sentido do Concílio Vaticano II, praticamente quase 20 anos depois de sua conclusão.

de mudança histórico-política. Assumiu uma tendência para acelerar ou reverter o desenvolvimento social, através da diferenciação das ideias, com exigência cada vez mais de uma postura política, distinguindo-se em última instância do mero tradicionalismo pelo caráter dinâmico do mundo moderno (MULLER, 2017, p. 122-123).

Em linhas gerais, o fenômeno do neoconservadorismo impôs-se de modo mais orgânico no contexto do Concílio Vaticano II e na fase posterior de recepção, aplicação e interpretações. No fundo, há uma tomada de consciência de que o caráter absoluto da Igreja se desfez a partir do fato mesmo de ela ter refeito, no Concílio, muitos de seus ensinamentos, costumes e práticas, tidos como irreformáveis e ter até confessado suas faltas e erros (LIBANIO, 2000, p. 91). Na eclesiologia que brota do Vaticano II, desenvolve-se uma eclesiologia menos jurídica e mais mistério de Deus no Povo de Deus. Insiste-se no fato de que a hierarquia existe a serviço da totalidade deste mesmo Povo. Por outro, a figura de Mons. Lefebvre representa o outro lado da Igreja pós-conciliar, resistente às mudanças.

O modelo neoconservador antimodernista protagonizado por Lefebvre encontrou eco na Igreja do Brasil, principalmente nas figuras de Dom Sigaud e Dom Castro Mayer. Ambos se tornam epicentro da ala conservadora católica brasileira no Concílio e no próprio Brasil. Outra figura forte da onda conservadora brasileira, um leigo militante, é a de Plínio Côrrea de Oliveira (LIBANIO, 2011, p. 1198). O movimento neoconservador, no contexto conciliar, compunha-se de dois tipos de pessoas: os velhos tradicionalistas e os jovens inseguros, com tendência fanática, em busca de posturas firmes para as fragilidades psicológicas. É nesta juventude, desejosa de estruturas rígidas e autoritárias, que este mal-estar com a atualização e abertura gerou uma afirmação de posturas enrijecidas.

Não se pode também esquecer que o contexto de recepção e aplicação do Concílio Vaticano II no Brasil, além de ter encontrado figuras que resistiam às mudanças, também se deu num horizonte de uma sociedade há pouco tempo com um governo militar. Este propagava o “perigoso” movimento comunista a ser combatido. Certamente os grandes porta vozes da CNBB impuseram-se com uma voz corajosa

repudiando todo tipo de situações que conduziram a abusos de poder, violências e torturas.

Pode-se dizer que a questão central do neoconservadorismo, encontra no processo de recepção e atualização do Vaticano II, sua questão de debate. Três questões foram e ainda são centrais para se compreender os delineamentos deste Concílio, profundamente reformador e renovador para a Igreja: (a) a compreensão do Vaticano II como o fim ou o começo da renovação; (b) a visão da dinâmica dos textos conciliares em sua posição com respeito ao desenvolvimento da teologia católica e; (c) a questão da mudança e da historicidade na Igreja e na teologia (FAGGIOLI, 2013, p. 169). Estas tornaram-se elementos que adquiriram interpretações ora aproximativas, ora distanciadas.

Se de um lado, com o pontificado de João Paulo II, a Igreja no Brasil, na voz dos seus pastores, encontrou uma criativa e ampla recepção conciliar, com um protagonismo corajoso e profético, de outro, assimilou um processo de um certo apaziguamento do movimento pós-conciliar, principalmente no lento processo de centralização romana, no controle do pensamento teológico, nos novos critérios para nomeação de bispos e em um certo silêncio (MIRANDA, 2006, p. 49).

Este gradual processo de “freio” de um tipo interpretação conciliar que motivava um protagonismo de iniciativas laicais, de movimentos ecumênicos e sociais, foi sendo lentamente substituído na base das comunidades por novas expressões religiosas com forte acento identitário e organizacional. Além de um novo perfil de padres e ministério ordenado, grupos com uma reivindicação religiosa de teor neoconservador como, por exemplo, a Associação Montfort, a Fraternidade São Pio X, o Centro Dom Bosco, entre outros, mediante uma cruzada digital, não só integram novos membros, como também disseminam inverdades e dissensos no plano da experiência eclesial concreta (ALMEIDA, BIANCÃO, MORAES, 2021, p. 1252).

No atual contexto político e religioso, o fenômeno do neoconservadorismo apresenta-se, enquanto resistência eclesial ao Vaticano II, mas agora de forma mais acentuada no pontificado de Francisco. Os grupos supracitados manifestam não apenas uma ruptura interpretativa ou de linguagem, mas principalmente de um ethos pautado no consenso e na fidelidade eclesiais. Tem emergido uma nova frente de oposição ao

Papa Francisco dentro e fora da Igreja, sem quaisquer escrúpulos eclesiais, políticos ou diplomáticos, sem territórios confessionais definidos e sem disfarces eclesiais que preservem a tradicional comunhão e fidelidade católicas.

Assim, é relevante retomar uma perspectiva analítica em que se verifique de forma mais pontual não apenas as narrativas destes grupos neoconservadores, mas suas agendas de resistência às hermenêuticas conciliares que levaram em consideração a pluralidade de linguagens e de experiências eclesiais.

3 O PARADIGMA DA LINGUAGEM TEOLÓGICA À LUZ DO VATICANO II

A história de um concílio só pode ser entendida no fluxo maior da história da Igreja. Concretamente, o antes e o depois do evento conciliar são tão importantes quanto a sua realização pontual. Quanto aos antecedentes, basta lembrar, em número e em qualidade, os movimentos teológicos efervescentes, sobretudo, na Europa: bíblico, litúrgico, ecumênico, missionário, leigo, teológico e social (LIBÂNIO, 2005, 21-48). Todos eles foram gestando uma nova eclesiologia, um “novo sujeito eclesial social” (Ib., p. 21), e uma nova forma de fazer teologia.

Quanto à recepção, o caso é bem mais delicado, pois que ela ainda está em ato. Uma marca que se constata nessa recepção, desde o imediato pós-Concílio, é a da resistência às novidades, por razões que vão do medo do novo, da insegurança de se perder a real identidade da Igreja, até os mais recentes fenômenos de fundamentalismo e de fanatismo cristãos. Bernard Häring, seis meses após o término do Vaticano II, já indicava as resistências levantadas contra o novo da Igreja: “[...] é inevitável que nem tudo seja logo bem compreendido e surja aqui e acolá dificuldades ou mesmo críticas violentas” (HÄRING, 1967, p. 11). Por sua vez, o jesuíta Riccardo Lombardi chega a listar descritivamente o abalo imediato do Vaticano II: a revelação do despreparo da hierarquia para o trabalho corresponsável e a falta de estruturas eclesiais de trabalho conjunto entre clérigos e leigos; Igrejas nacionais em estado de inquietação e até de revoluções; a insatisfação de consagrados e sacerdotes, que deixam hábito e batina diante da inadequação sentida; a ocupação de catedrais por fiéis e padres em polvorosa; agitação teológica entre bispos e acadêmicos, etc. (LOMBARDI, s.d., p.14-16).

Por detrás de todas as polêmicas, pode-se identificar um conflito de teologias divergentes, com suas diferentes premissas, métodos, linguagens e objetivos. O próprio Concílio foi uma verdadeira reunião de escolas teológicas, sem aniquilar qualquer uma delas, mas salvaguardando um pluralismo de abordagens e de opções. Pode-se afirmar, desde já, que parte dos conflitos teológicos pós-conciliares se deve à escolha pela pluralidade, com sua conseqüente heterogeneidade de linguagens. A escolástica tomasiana continua referência como espírito de investigação e como método especulativo (OT 16c), mas não é mais o sistema doutrinário (conteúdo e forma) a reger todo o fazer teológico.

Ao pretender dialogar com o mundo moderno e com as realidades terrestres, o Concílio teve que afastar-se da escolástica, que, em certas expressões, rejeitava a ambos. Assumiu novas concepções teológicas e esposou os progressos científicos linguísticos na interpretação da Escritura e a visão positiva diante das realidades humanas, de modo especial na *Gaudium et Spes*, ao falar do mundo, superando a dicotomia natural e sobrenatural [...] (LIBÂNIO, 2015, p. 175).

Em verdade, o pluralismo de método e a linguagem renovada se constituíram uma riqueza para a Igreja, pois que permitiram uma abordagem mais ampla do mistério de Deus, não considerado apenas em sua metafísica, mas em sua presença salvífica na história humana. A resistência com as configurações mais atuais da linguagem teológica advêm de setores cristãos que não aceitam, em última análise, a teologia da história e a teologia do mundo. Estas são matrizes teológicas do Concílio Vaticano II, se se consideram como centrais os documentos *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*. Especialmente nesta segunda Constituição, que trata das relações entre a Igreja e o mundo, pode-se notar que o mundo e a história são eixos nos quais se constrói a teologia de uma Igreja sacramento, atuante em meio a autonomia das realidades terrenas, atenta aos sinais dos tempos e em diálogo com as culturas, com os credos e com cada ser humano, dotado de dignidade ontológica (MANZINI, 2013, p. 220-227).

Desse modo, para entender bem o paradigma de linguagem teológica proposto pelo Concílio, há que se ter em vista as premissas que o conduzem: uma teologia da

história (conceito), uma história da teologia (dinamismo) e uma teologia feita historicamente (método).

Na teologia da história consideram-se, ao menos, três escutas sobre o mundo. Primeiramente, uma escuta da humanidade toda e não apenas dos cristãos, pois a Boa-Nova é para todas as criaturas, o que implica uma adequação de linguagem para que o Evangelho seja efetivamente público e o seu anúncio seja eficaz (MANZINI, 2013, p. 216). Em segundo lugar, uma escuta das fontes da fé, a Escritura e a Tradição, sem as quais não seria possível interpretar a vida à luz da Revelação de Deus (KONINGS, 2015, p. 950). E, em terceiro lugar, uma escuta dos saberes históricos, isto é, científicos, pois só se pode ler os sinais dos tempos se, antes, conhecem-se os tempos e, para isso, a filosofia e a teologia não são suficientes (MANZINI, 2013, p. 220). Há nas ciências uma “autonomia epistemológica” vinculada ao seu estatuto na “autonomia das realidades terrestres” (Ib., p. 225), mas sem a sua contribuição, não seria possível pensar a história onde Deus realiza o seu desígnio de salvação. Restaria a dedução de princípios doutrinários para os costumes e as práticas cristãos, de modo descontextualizado e imperativo.

Enquanto estão na história, a própria Igreja e a sua teologia também possuem uma história. O Concílio recolhe a história mais recente da teologia de ponta, àquela altura, e revela o dinamismo já conhecido a respeito das formas eclesiais e teológicas: a Igreja é sempre reformanda. Por que a sua linguagem teológica, que também é ato de Igreja, não o seria? Nesse ponto, o Concílio agrega ao senso de historicidade uma teologia da história que não é *adversus mundi*, mas que acolhe o mundo como dádiva do Criador, como realidade desejada e amada por Deus. É a teologia do mundo, que reconhece o valor intrínseco e a autonomia das realidades terrenas – nas quais se entrevê os desígnios de Deus (MANZINI, 2013, p. 224-225) – que adiciona uma qualidade nova à linguagem teológica. “A Nova Teologia trouxe espírito de diálogo com o mundo moderno e com as realidades terrestres. Enfim, os ares novos das visões teológicas pediram outras atitudes [...]” (LIBÂNIO, 2015, p. 180).

Com essas mudanças de compreensão da realidade e da postura da Igreja frente a ela, o próprio método teológico ganhou em cientificidade (KONINGS, 2015, p. 949) e em historicidade (CATÃO, 2004, p. 98). Por mais que as verdades de fé sejam

estáveis, a formulação das mesmas não mais pode se contentar com uma cristalização literária, mas precisa de constante renovação, conforme a cultura, as necessidades de cada época. Esse giro epistemológico será sentido, primeiramente, nas novas ênfases e estilos de linguagem usados pelos teólogos, não mais preocupados apenas com os conteúdos estáveis da revelação, mas com as formas de traduzir esses conteúdos de modo a comunicarem a sua verdade salvífica mais profunda.

Esse novo paradigma teológico, além da dimensão terrestre da historicidade, também se enraíza na missão histórica da Igreja. Se o mundo humano é o mundo da história e das realidades terrestres, até que venha o Senhor, então cabe à Igreja a missão de ser sinal visível e eficaz de Seu Reino (MANZINI, 2013, p. 213). Essa eclesiologia histórica, da Igreja como sacramento universal de salvação, é o verso complementar da teologia da história, pois reconhece-se que a história, sem o anúncio e a semeadura do Reino não poderá, sozinha, realizar todo o seu potencial.

Tendo-se em mente esses dois pilares da teologia fundante do Concílio – a terrenidade da história e sacramentalidade da Igreja – pode-se, agora, compreender o horizonte da nova linguagem teológica à luz do Concílio. Pois que a teologia conciliar convida a uma prática teológica específica, no pós-Concílio.

Em primeiro lugar, o Vaticano II faz referência à teologia em contextos sempre dialógicos, como a formação do clero para a evangelização, a prática do ecumenismo e o diálogo com a sociedade e as ciências (KONINGS, 2015, p. 947). Isso já denota um empenho de linguagem, visando a efetivação da tarefa do diálogo. Em segundo lugar, reconhece-se que nem todas as verdades de fé possuem o mesmo peso, mas que elas se estruturam em uma “hierarquia de verdades” (Ib., p. 948), exigindo uma articulação prudente da doutrina, sobretudo no embate com temas polêmicos. Em terceiro lugar, assume-se que não só a expressão teológica possui legítima pluralidade, mas a própria elaboração teológica é legitimamente plural (Ib., p. 948). Em quarto lugar, reconhece-se que a compreensão das Escrituras e, por consequência, a sistematização dogmática, dependem da inteligência histórica e, por isso, a teologia e a sua linguagem são passíveis de evolução (LIBANIO, 2015, p. 176). Essa evolução não é só um mal necessário, mas uma condição de fidelidade à

mensagem e, com isso, de vivência da fé. Em quinto lugar, os estudos teológicos são colocados em chave pastoral, tendo como meta a evangelização dos povos (Ib., 177-178).

Infelizmente, muitos movimentos de leigos católicos, no Brasil, vão na contramão desse paradigma teológico – que é conteúdo, linguagem e método –, indicando uma recepção reativa ao Vaticano II. É necessário analisar agora, no escopo desta pesquisa, este fenômeno.

4 UMA ANÁLISE SÓCIORRELIGIOSA A PARTIR DOS NOVOS MOVIMENTOS CATÓLICOS

O espírito de recepção e adequação da vida cristã às inspirações do Concílio Vaticano II encontram resistência de grupos que se autodeclaram detentores da verdade e do discurso genuinamente católico. Essa concepção de si e da retórica, que fomenta a forma mentis desses grupos, é justificada pela busca fideísta da Tradição sem a possibilidade do exercício interpretativo das realidades temporais. Entende-se, dessa maneira, que o conflito interpretativo se dá pelo fato de não haver intercâmbio entre a compreensão de si e a compreensão do outro (RICOEUR, 1969, p.18).

A formulação da religiosidade conservadora dos bons costumes e da tradição se distancia da linguagem conciliar, pois, obviamente, confirma-se como antimoderna e avessa às inovações estruturais, pastorais e dogmáticas. Acerca disso, Caldeira afirma que essas atitudes reacionárias retratam uma idolatria dos inícios, do paraíso já realizado, onde esta obsessão pelas origens contrapõe-se à revolução e ao progressismo (CALDEIRA, 2011). Dessa maneira, esse projeto fundamentalista e reducionista moral, resulta na negação do sujeito ético e ambíguo.

Essas características de discurso religioso, afinado com a prática autoritária, é prerrogativa para as novas modalidades de vida comunitária e pastoral nas ditas novas comunidades eclesiais de espiritualidade carismática. A origem dessas se dá em meio a Renovação Carismática Católica, no período pós-Vaticano II, com a intenção de impulsionar uma evangelização no poder do Espírito Santo, com o protagonismo laical. Tais objetivos são alcançados, como retrata Camurça:

Essa transformação, herança do Concílio Vaticano II constitui "uma verdadeira revolução, mudando as articulações e relações entre padres e leigos" e nos "modos institucionais de gestão do crer" na Igreja Católica na França, Jacques Palard (2001: 549-555) fala de um novo tipo institucional, o "modelo de governança" que se segue cronologicamente aos dois anteriores, a saber, o "modelo do unanimismo" e o "modelo do pluralismo". Enquanto, no primeiro, sobressaía o princípio da hierarquia, da concentração de poder e da manutenção da tradição e, no segundo, na esteira do Concílio Vaticano II, a autonomia religiosa e organizacional dos fiéis, o modelo de governança repousa seu acento na maneira negociada (entre leigos e hierarquia/clero) na formulação do projeto pastoral e nas estratégias para sua consecução. Através dessa negociação entre os atores implicados (clero e leigos) a resultante é que o terceiro modelo retém do primeiro o modo vertical e hierárquico e, do segundo, o modo comunitário e segmentado (CAMURÇA, 2010, p. 77).

No entanto, paralelamente aos avanços e conquistas, o método do discurso permanece autorreferencial e utópico, pois, como indica Carranza e Mariz, as novas comunidades aspiram uma neocristandade com preocupações acerca do poder hierárquico e de agremiação de pessoas que fomentem a busca fiel à Igreja (CARRANZA; MARIZ, 2009, p. 141-143). Tais objetivos são possíveis e cada vez mais consolidados no período dos pontificados de João Paulo II e Bento XVI porque, no decorrer desses, as novas comunidades alcançaram maior projeção e mais relevância no cenário eclesial, sendo anunciadoras da Tradição (JOÃO PAULO II, 1998) e espelhos da vivência da verdade e do amor (BENTO XVI, 2006).

Com essas determinações patenteadas pela hierarquia, resultou o que o Papa Francisco denominará de uma prática autorreferencial desses novos movimentos, que potencializará seus discursos e estilo de vidas, sendo inadequadas para a realidade presente (FRANCISCO, 2021). São inoportunas pelo fato de: (a) não permitirem uma pluralidade hermenêutica; (b) abrigarem fanáticos sobre seus próprios horizontes e; (c) desinteressarem-se pela diversidade. Sobre essa realidade de fechamento, Hans Küng a caracterizará como ambiente ávido por sensações religiosas, a fim de saciar os maníacos por milagres, a superstição e o obscurantismo (KÜNG, 2012, p. 64).

É neste contexto de fortalecimento religioso que o projeto e o discurso conservador alicerçam-se como programa político. Nos últimos tempos, nota-se o alinhamento da classe neoconservadora religiosa afinada com a política confessional de prática segregacionista. Essa onda conservadora e fundamentalista, situada entre política e religião, é emoldurada no contexto brasileiro atual pela durável aproximação do governo em exercício com as alas religiosas, tanto católicas como protestantes, quanto à retórica moral e à ideologia política.

Nesse cenário público, Almeida e Toniol percebem um regime de publicização da religião e do autoritarismo político, que regulam a moral, rejeitam as formas públicas de discussão e de argumentação, reduzindo as práticas e possibilidades à determinismos representativos (ALMEIRDA; TONIOL, 2019, pp.11-12), onde os pentecostais e os carismáticos delineiam o ethos contemporâneo.

Ainda sobre isso, refletindo acerca do poder emergido nessa onda conservadora, Burity declara que os pentecostais são atores ineludíveis do cenário político brasileiro desde os anos 1990, conduzindo de forma pragmática seu fortalecimento e provocando ainda mais essa linguagem reducionista do Estado e da diversidade.

Até aqui, nenhuma novidade. Nenhum dado novo para complicar a narrativa-padrão dos discursos acadêmicos, midiáticos e dos diversos atores – aliados e adversários – da minoritização pentecostal. O perfil preponderantemente conservador, moral e político, quase que independente do posicionamento partidário, não se alterou. Apenas tornou-se mais desabrido. Nada que não soubéssemos, mas mais incisivo e escancarado (BURITY, 2019, p. 17).

Diante dessas elucidações de discurso e prática, reflete-se a existência do distanciamento do contexto, delineando-se uma certa ausência de sensibilidade social espelhada na má formação do indivíduo no quesito do bem comum. Segundo Almeida, essa desmobilização da consciência moral resulta na pobre crítica social e o indivíduo passa a ser nortear, estritamente, pelo consumo do banal (ALMEIDA, 2021, p. 44). Esse cenário se torna o grande desafio do presente, segundo Bauman, pois a busca da sensibilidade, das novas formas de agir e na compreensão mútua, em referência à autointerpretação e à crítica social, delineiam o processo de descolonização da

privacidade do outro e da percepção do sofrimento humano (BAUMAN, 2014, p. 13-14).

Dessa forma, é cada vez mais importante analisar as reações do discurso neoconservador na atualidade, pois suas reações no cenário vigente são consolidadoras de práticas cada vez mais disseminadas e apregoadas pelos movimentos e sujeitos eclesiais, proporcionando a consolidação de um projeto rígido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, seguiu-se um percurso de investigação analítico-dialético. Primeiramente, delineou-se os aspectos do conceito de conservadorismo e neoconservadorismo, pelos quais foi possível delimitar melhor a definição desses fenômenos detentores de tantas expressões políticas, filosóficas e até teológicas. Em um segundo momento, em contraposição conceitual, demonstrou-se como se caracteriza a teologia do Concílio Vaticano II e de que modo ela introduz uma proposta renovada para o fazer teológico, com especial impacto na linguagem teológica. Por fim, analisou-se a recepção reativa desse paradigma de linguagem teológica por parte dos movimentos católicos neoconservadores no Brasil. O que se conclui é que o Concílio ainda continua mal-visto por alguns setores da Igreja e que, por isso, seu programa de diálogo com o mundo, com a história, com todas as culturas e com todos os seres humanos se encontra atravancado pela agenda beligerante e fechada dos neoconservadores.

Resta trabalhar para que o Concílio e as suas propostas de linguagem sejam recebidos não apenas como fatos históricos, mas como teológicos, à luz da própria teologia da história, sempre voltada para a plena realização do Reino de Deus e a plena manifestação de sua Verdade. À recepção do Concílio, constatada como fato plural pela ciência histórica, faz-se mister acrescer uma teologia da recepção que procure, no dado histórico, um fato “mais ou menos relevante e significativo da realização do pensamento de Deus na história” (CATÃO, 2004, p. 103).

Nesse sentido, o magistério do Papa Francisco desponta não apenas como uma esperança viva para os valores teológicos do Vaticano II, mas um caminho efetivo e em curso para a vivência histórica de uma Igreja servidora de toda a humanidade.

Sinodalidade, reforma, diálogo, serviço, escuta, testemunho. Essas e outras categorias do pensamento de Francisco indicam para a necessidade de a Igreja assumir seu papel e sacramento universal de salvação, não se encastelando em ideários cristalizados, ritualizações formalistas e atitudes não evangélicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, André Luiz Boccato de. Moral social. Iniciação à Teologia. Petrópolis: Vozes, 2021.

ALMEIDA, André Luiz Boccato de; BIANCÃO, Ronivalder; MORAES, Karolayne Maria Vieira Camargo de. Perfil dos novos padres à luz do Papa Francisco: uma análise teológica do cenário ministerial a partir do exótico. In: Revista Pistis e Práxis, Teol. Pastor., Curitiba, v. 13, n. 3, p. 1248-1267, set./dez. 2021.

ALMEIDA, R.; TONIOL, R. Conservadorismo, Fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BÉNÉTON, Philippe. Tradicionalismo. Tradicionalismo e conservantismo. In: CANTO-SPERBER, Monique (org.). Dicionário de Ética e Filosofia Moral. São Leopoldo: Unisinos, 2003, p. 723-729.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In.: ALMEIRA; TONIOL. (orgs). Conservadorismo, Fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 2019.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Tradicionalismo e conservadorismo católico: as ideologias em jogo. Ntrevista especial com Rodrigo Coppe Caldeira. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/45840-tradicionalismo-e-conservadorismo-catolicos-as-ideologias-em-jogo-entrevista-especial-com-rodrigo-coppe-caldeira>>. Acesso em: 02.set.2022.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Estará o catolicismo na França do século XXI caminhando em direção a um perfil comunitário? In: Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 30 (2): 74-89, 2010, p. 76. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rs/a/Bkk7P9VGDsjpZJs9Z6XMyHC/?lang=pt>>. Acesso em: 02.set.2022.

CARRANZA, B.; MARIZ, C. Novas comunidades católicas: por que crescem? In.: CARRANZA; MARIZ; CAMURÇA. (orgs). Novas Comunidades Católicas: em busca do espaço pós-moderno. Aparecida/SP: Ideias&Letras, 2009, p. 141.

CATÃO, Francisco. O perfil distintivo do Vaticano II: recepção e interpretação. In BOMBONATTO, Vera Ivanise; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes (org.). Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas. São Paulo: Paulinas, 2004 (Alternativas).

FAGGIOLI, Massimo. Vaticano II. A luta pelo sentido. São Paulo: Paulinas, 2013.

FLEET, Michael. O neoconservadorismo na América Latina. In: Revista Concilium, n. 161, 1981/1, p. 83-93.

FRANÇA MIRANDA, Mário de. A Igreja numa sociedade fragmentada. Ensaios eclesiológicos. São Paulo: Loyola, 2006.

HÄRING, Bernhard. O Concílio começa agora. 3. Ed. Lisboa: Edições Paulistas, 1967.

MULLER, Victor Clemente. A neoescolástica e o pensamento conservador católico do século XIX: uma leitura histórico-teológico. In: Reveleto. Revista Eletrônica Espaço Teológico, vol. 11, n. 19, jan./jun., 2017, p. 118-129.

KONINGS, Johan. Teologia: disciplina/ensino. In PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Coord.). Dicionário do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2015 (Dicionários).

KÜNG, Hans. A Igreja tem salvação? São Paulo: Paulus, 2012.

LIBANIO, João Batista. Igreja contemporânea. Encontro com a modernidade. São Paulo: Loyola, 2000.

LIBANIO, João Batista. Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005 (Theologica, 14).

LIBANIO, João Batista. Resenha do livro “Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II”, Curitiba: Editora CRV, 2011. In: Horizonte, v. 9, n. 24, p. 1197-1201, dez. 2011.

LIBANIO, João Batista. Concepções teológicas. In PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Coord.). Dicionário do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2015 (Dicionários).

LOMBARDI, Riccardo. Terramoto na Igreja. Porto: Editorial Perpétuo Socorro, s.d. (Novos Rumos).

MANZINI, Rosana. Igreja em diálogo com o mundo moderno. In As janelas do Vaticano II: A Igreja em diálogo com o mundo. Aparecida, SP: Santuário, 2013.

PAPA BENTO XVI. Mensagem do papa Bento XVI aos participantes no II Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/pont-messages/2006/documents/hf_ben-xvi_mes_20060522_ecclesial-movements.html. Acesso em: 02.set.2022.

PAPA FRANCISCO. Saudação do papa Francisco aos participantes no encontro das associações de fiéis, dos movimentos eclesiais e das novas comunidades. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2021/september/documents/20210916-associazioni-fedeli.html> . Acesso em: 02.set.2022.

PAPA JOÃO PAULO II. Mensagem do papa João Paulo II aos participantes no congresso mundial dos movimentos eclesiais promovido pelo pontifício conselho para os leigos. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/john-paul->

ii/pt/speeches/1998/may/documents/hf_jp-ii_spe_19980527_movimenti.html .
Acesso em:02.set.2022.

RICOEUR, Paul. O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1969.

SOARES, Afonso M. Ligorio. Tradição. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes. Dicionário do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p 978-985.

SILVA, Juremir Machado da. Raízes do conservadorismo brasileiro. A abolição na imprensa e no imaginário social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.